

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	10
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	11
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	12
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	13
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	13
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	16
10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	16
11. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	16
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	17
13. INTANGÍVEL	19
14. FORNECEDORES	19
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	20
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	20
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS	23
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	23
19. PROVISÕES.....	24
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	29
21. RECEITA.....	30
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	32
23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	34
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	35
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	37
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	44
27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	45
28. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	46
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO	47
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	53

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	310.713	313.799
Títulos e Valores Mobiliários	5	2.038	100.819
Consumidores e Revendedores	6	1.841.926	1.371.126
Concessionários – Transporte de Energia	6	111.416	219.770
Tributos Compensáveis	7	112.221	120.843
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8a	232.609	185.159
Estoques		27.646	28.950
Contribuição de Iluminação Pública		114.522	88.065
Reembolso Subsídios Tarifários	10	344.896	344.896
Subvenção Baixa Renda		46.130	35.197
Ativos Financeiros da Concessão	12	6.750.070	843.793
Fundos Vinculados		1.633	795
Outros		163.931	234.452
TOTAL DO CIRCULANTE		10.059.751	3.887.664
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	5	165	1.726
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	862.343	860.964
Tributos Compensáveis	7	305.750	302.522
Depósitos Vinculados a Litígios	9	868.580	865.556
Consumidores e Revendedores	6	68.082	202.733
Concessionários - Transporte de Energia	6	76.773	6.172
Outros Créditos		46.702	46.708
Ativos Financeiros da Concessão	12	707.531	6.206.564
Intangíveis	13	1.388.822	1.484.231
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.324.748	9.977.176
ATIVO TOTAL		14.384.499	13.864.840

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.737.296	1.912.693
Debêntures	16	236.632	324.124
Fornecedores	14	1.122.677	1.119.485
Impostos, Taxas e Contribuições	15	412.095	378.220
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		214.955	214.955
Salários e Encargos Sociais		125.151	132.827
Encargos Regulatórios	17	400.573	57.257
Participações nos Lucros		137.674	76.060
Obrigações Pós-Emprego	18	111.968	109.879
Contribuição de Iluminação Pública		200.805	168.191
Outras		152.617	152.688
TOTAL DO CIRCULANTE		4.852.443	4.646.379
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.258.627	1.061.702
Debêntures	16	2.836.880	2.749.731
Provisões	19	307.284	303.122
Obrigações Pós-Emprego	18	1.828.742	1.797.092
Impostos, Taxas e Contribuições	15	612.828	615.485
Encargos Regulatórios	17	81.273	190.668
Outras		18.899	18.434
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.944.533	6.736.234
TOTAL DO PASSIVO		11.796.976	11.382.613
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	20	2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros		453.017	453.017
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(232.788)	(232.788)
Adiantamento para futuro aumento de capital		100.000	-
Lucros Acumulados		5.296	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.587.523	2.482.227
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.384.499	13.864.840

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado
RECEITA	21	3.064.683	2.238.040
CUSTOS OPERACIONAIS	22		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.837.924)	(1.299.780)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(195.207)	(133.886)
		<u>(2.033.131)</u>	<u>(1.433.666)</u>
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(192.300)	(164.827)
Materiais		(7.331)	(6.556)
Serviços de Terceiros		(140.647)	(106.352)
Amortização		(105.975)	(92.961)
Provisões (Reversões) Operacionais		(13.201)	14.498
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(202.640)	(135.521)
Outras		(6.783)	(22.653)
		<u>(668.877)</u>	<u>(514.372)</u>
CUSTO TOTAL		(2.702.008)	(1.948.038)
LUCRO BRUTO		362.675	290.002
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(26.952)	(27.305)
Despesas Gerais e Administrativas		(96.718)	(121.682)
Outras Despesas Operacionais		(157.866)	(121.187)
		<u>(281.536)</u>	<u>(270.174)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		81.139	19.828
Receitas Financeiras	23	242.709	178.516
Despesas Financeiras	23	(307.217)	(193.884)
Resultado Antes dos Impostos		16.631	4.460
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	(12.714)	(40.206)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	1.379	33.966
RESULTADO DO PERÍODO		5.296	(1.780)
Lucro Líquido (Prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária		0,0023	(0,00079)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	31/03/2015	31/03/2014
RESULTADO DO PERÍODO	5.296	(1.780)
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	5.296	(1.780)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Recursos Destinados à aumento de Capital	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.261.998	427.805	(196.945)	-	-	2.492.858
Resultado do Período	-	-	-	-	(1.780)	(1.780)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	(1.780)	(1.780)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014	2.261.998	427.805	(196.945)	-	(1.780)	2.491.078
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	2.261.998	453.017	(232.788)	-	-	2.482.227
Resultado do Período	-	-	-	-	5.296	5.296
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	5.296	5.296
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	100.000	-	100.000
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015	2.261.998	453.017	(232.788)	100.000	5.296	2.587.523

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	31/03/2015	31/03/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	5.296	(1.780)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	69.170	59.462
Amortização	111.671	104.321
Provisões para Perdas Operacionais	40.153	12.806
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	7.764	1.215
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	(550.270)	-
Juros e Variações Monetárias	35.107	60.022
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.335	6.240
	<u>(269.774)</u>	<u>242.286</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(363.101)	(14.314)
Concessionários – Transporte de Energia	37.753	6.887
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(759.867)
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	487.167	-
Tributos Compensáveis	5.394	152.854
Imposto de Renda e Contribuição Social	(47.450)	33.777
Depósitos Vinculados a Litígios	(3.024)	(17.468)
Subvenção Baixa Renda	(10.933)	(473)
Outros	45.374	45.496
	<u>151.180</u>	<u>(553.108)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	3.192	645.614
Tributos e Contribuição Social	31.218	(32.004)
IR e CSLL a pagar	42.904	1.762
Salários e Encargos Sociais	(7.676)	(22.534)
Encargos Regulatórios	233.921	7.076
Obrigações Pós-Emprego	(35.431)	(33.591)
Outros	85.583	(13.312)
	<u>353.711</u>	<u>553.011</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	235.117	242.189
Juros Pagos	(191.926)	(124.925)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(55.618)	(41.968)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(12.427)</u>	<u>75.296</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	100.342	(222.801)
Em Fundos Vinculados	(838)	1.397
Em Intangível	(169.129)	(135.521)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(69.625)</u>	<u>(356.925)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	200.000	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(221.034)	(29.400)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	100.000	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>78.966</u>	<u>(29.400)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.086)	(311.029)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	313.799	685.969
No fim do exercício	<u>310.713</u>	<u>374.940</u>
	(3.086)	(311.029)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MÊSES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	31/03/2015		31/03/2014 Reclassificado	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	4.413.216		3.013.435	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	202.640		135.521	
Outras Receitas	-		11.750	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.952)		(27.305)	
	<u>4.588.904</u>		<u>3.133.401</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.016.472)		(1.429.173)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(213.225)		(147.710)	
Serviços de Terceiros	(233.982)		(211.785)	
Materiais	(95.134)		(58.580)	
Outros Custos Operacionais	(69.320)		(43.526)	
	<u>(2.628.133)</u>		<u>(1.890.774)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>1.960.771</u>		<u>1.242.627</u>	
RETENÇÕES				
Amortização	(111.671)		(104.321)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>1.849.100</u>		<u>1.138.306</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	242.709		178.516	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>2.091.809</u>		<u>1.316.822</u>	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	309.113	14,79	260.433	19,78
Remuneração Direta	216.117	10,34	170.331	12,94
Benefícios	80.536	3,85	78.531	5,96
FGTS	12.460	0,60	11.571	0,88
Impostos, Taxas e Contribuições	1.423.367	68,04	830.006	63,03
Federais	671.185	32,09	230.122	17,48
Estaduais	749.800	35,84	597.646	45,39
Municipais	2.382	0,11	2.238	0,16
Remuneração de Capitais de Terceiros	354.033	16,92	228.163	17,33
Juros	331.855	15,86	207.889	15,79
Aluguéis	22.178	1,06	20.274	1,54
Remuneração de Capital Próprio	5.296	0,25	(1.780)	(0,14)
Lucros (Prejuízos) Retidos	5.296	0,25	(1.780)	(0,14)
	<u>2.091.809</u>	<u>100</u>	<u>1.316.822</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO FINDO DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 7.968.902 consumidores em 31 de março de 2015 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 20 anos até 18 de fevereiro de 2016, e enquadra-se nos termos da Medida Provisória nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783 em janeiro de 2013). Em 15 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do respectivo contrato de concessão. Em 17 de janeiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) enviou para a Companhia o Ofício Circular 01/2014-DR/ANEEL informando que está analisando o requerimento de prorrogação da concessão, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido. Até a data da aprovação destas Informações Contábeis Intermediárias os termos da prorrogação não são conhecidos pela Administração. A expectativa da Administração é de que este pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de 30 anos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como a apresentação dessas informações está condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2015, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas em 30 de abril de 2015.

Em 13 de maio de 2015, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2014 e as Informações Contábeis Intermediárias de 31 de março de 2015, é conforme a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2014	31/03/2015	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informações por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
10	9	Depósitos Vinculados a Litígios
11	10	Reembolsos Subsidiários Tarifários
12	11	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)
13	12	Ativos Financeiros da Concessão
14	13	Intangível
15	14	Fornecedores
16	15	Impostos, Taxas e Contribuições
17	16	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
18	17	Encargos Regulatórios
19	18	Obrigações Pós-Emprego
20	19	Provisões
21	20	Patrimônio Líquido
22	21	Receita
23	22	Custos e Despesas Operacionais
24	23	Receitas e Despesas Financeiras
25	24	Transações com Partes Relacionadas
26	25	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
27	26	Mensuração Pelo Valor Justo
31	27	Transações Não Envolvendo Caixa
32	28	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2014 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias (ITR), por não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis ao contexto das informações trimestrais, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões
28	Seguros
29	Obrigações Contratuais
30	Reajuste Tarifário Anual

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao seu desempenho, no trimestre findo em 31 de março de 2015, estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação da CVM.

2.3. Reclassificação de Saldos Contábeis

Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, alguns saldos contábeis referentes às Informações Contábeis Intermediárias, originalmente emitidas em 15 de maio de 2014, estão sendo reclassificados para permitir melhor comparabilidade entre os períodos analisados.

Demonstração de Resultado - 31/03/2014	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Receita (Taxa Fiscalização)	21	2.242.940	(4.900)	2.238.040
Custos				
Serviços de Terceiros (Agentes Arrecadores)	22	(122.320)	15.968	(106.352)
Despesa Operacional				
Outras Despesas Operacionais (Taxa Fiscalização/Agentes Arrecadores)	22	(110.119)	(11.068)	(121.187)

Demonstrações do Valor Adicionado - 31/03/2014	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Serviços de Terceiros (Agentes Arrecadores)	(227.753)	15.968	(211.785)
Outros Custos Operacionais (Agentes Arrecadores)	(27.558)	(15.968)	(43.526)

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2015	31/12/2014
Contas Bancárias	178.078	72.069
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	132.436	236.532
Overnight	199	5.198
	132.635	241.730
	310.713	313.799

As Aplicações Financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 105% conforme operação.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/03/2015	31/12/2014
Certificados de depósitos bancários	855	27.885
Letras Financeiras – Bancos	683	55.240
Letras Financeiras do Tesouro	61	8.268
Debêntures	193	9.707
Outros	411	1.445
	2.203	102.545
Ativo Circulante	2.038	100.819
Ativo Não Circulante	165	1.726

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, na contratação.

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 105% conforme operação.

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas, está apresentada na Nota Explicativa nº 25. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 24.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2015	31/12/2014
Residencial	640.777	240.518	189.002	1.070.297	935.811
Industrial	144.160	37.148	110.984	292.292	404.325
Comércio, Serviços e Outras	365.180	68.204	110.489	543.873	479.816
Rural	108.115	28.015	29.542	165.672	144.139
Poder Público	79.371	22.324	17.574	119.269	100.019
Iluminação Pública	28.493	2.729	8.933	40.155	40.239
Serviço Público	54.063	6.944	22.704	83.711	69.891
Subtotal – Consumidores	1.420.159	405.882	489.228	2.315.269	2.174.240
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	17	17	17
Concessionários – Transporte de Energia	143.220	4.930	243.675	391.825	225.941
Suprimento – Energia de Curto Prazo	-	-	861	861	861
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(609.775)	(609.775)	(601.258)
	1.563.379	410.812	124.006	2.098.197	1.799.801
Ativo Circulante				1.953.342	1.590.896
Ativo Não Circulante				144.855	208.905

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/03/2015	31/12/2014
Residencial	182.250	175.882
Industrial	86.065	291.768
Comércio, Serviços e Outras	97.946	93.505
Rural	16.452	16.261
Poder Público	9.893	9.924
Iluminação Pública	4.105	4.216
Serviço Público	9.428	9.702
Concessionários – Transporte de Energia	203.636	-
	609.775	601.258

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	31/12/2014	Constituições	Baixas	31/03/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	601.258	26.952	(18.435)	609.775

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	31/03/2015	31/12/2014
Circulante		
ICMS a Recuperar	81.658	88.447
COFINS	23.079	24.620
PIS-PASEP	5.011	5.346
Outros	2.473	2.430
	112.221	120.843
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	217.765	209.303
COFINS	72.352	76.646
PIS-PASEP	15.633	16.573
	305.750	302.522
	417.971	423.365

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a recuperar, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para curto prazo foi feita de acordo com a previsão de realização até 31 de março de 2016.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2015 que serão compensadas com Tributos a Pagar apurados para o ano de 2015, registrados na rubrica de Impostos de Renda e Contribuição Social no Passivo Circulante.

	31/03/2015	31/12/2014
Circulante		
Imposto de Renda	149.403	115.153
Contribuição Social	83.206	70.006
	232.609	185.159

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	31/03/2015	31/12/2014
Ativos Fiscais Diferidos		
Obrigações Pós-Emprego	460.901	451.842
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	215.184	212.288
Tributos com Exigibilidade Suspensa (2)	153.155	153.155
Provisões	104.476	103.062
Taxa de Administração (1)	7.438	7.501
Outros	46.799	25.849
	987.953	953.697
Passivos Fiscais Diferidos		
Índice Reajuste Tarifário – IRT	(689)	(9.552)
Atualização do Ativo Financeiro	(52.568)	(21.440)
Encargos Capitalizados (1)	(70.658)	(59.892)
Custo de Captação (1)	(1.695)	(1.849)
	(125.610)	(92.733)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	862.343	860.964

(1) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS;

(2) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	860.964
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	1.379
Saldo em 31 de março de 2015	862.343

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	31/03/2015	31/03/2014
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	16.631	4.460
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(5.655)	(1.516)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	282	753
Contribuições e Doações Inadotáveis	(389)	(352)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(385)	(3)
Multas Inadotáveis	(2.218)	(1.945)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(2.860)	(3.174)
Outros	(110)	(3)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(11.335)	(6.240)
Alíquota Efetiva	68,15%	139,91%
Corrente	(12.714)	(40.206)
Diferido	1.379	33.966

Lei 12.973/14

A Medida Provisória nº 627/13, convertida na Lei nº 12.973/14, estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes, a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irretratável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que foi manifestada definitivamente em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia optou por antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

Incentivos Fiscais - Sudene

A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	31/03/2015	31/12/2014
Trabalhista	218.705	214.445
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	5.640	5.637
	<u>623.962</u>	<u>623.959</u>
Outros		
Regulatório	15.267	15.267
Cível	2.283	2.284
Relações de Consumo	1.896	2.130
Bloqueio Judicial	4.665	5.667
Outros	1.802	1.804
	<u>25.913</u>	<u>27.152</u>
	<u>868.580</u>	<u>865.556</u>

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15 das Informações Contábeis Intermediárias.

10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 31 de março de 2015, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$147.812 (R\$136.026 em 31 de março de 2014). Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R\$344.896 (R\$344.896 em 31 de dezembro de 2014), reconhecidos no ativo circulante.

11. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e, conseqüentemente, do aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

O decreto definiu que caberia à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a Conta-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – (CDE).

Estes repasses, referentes às competências de novembro e dezembro de 2014, foram recebidos em março de 2015 e reconhecidos como uma realização parcial do Ativo Financeiro – CVA, no montante de R\$404.418.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	31/03/2015	31/12/2014
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)	6.213.849	5.943.682
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	1.243.752	1.106.675
	7.457.601	7.050.357
Ativo Circulante	6.750.070	843.793
Ativo Não Circulante	707.531	6.206.564

a) Ativos relacionados à Infraestrutura

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Considerando que a concessão de distribuição da Cemig Distribuição tem o seu vencimento previsto para fevereiro de 2016, os saldos foram integralmente transferidos para o curto prazo no 1º trimestre de 2015.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.943.682
Adição	185.457
Baixas	(6.843)
Atualização Financeira Líquida	91.553
Saldo em 31/03/2015	6.213.849

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

A partir da assinatura do aditamento dos contratos de concessão, em 10 de dezembro de 2014, a Cemig D passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Segue abaixo a movimentação desses ativos e passivos financeiros:

	Saldos em 31/12/2014	CONSTITUIÇÃO (*)	AMORTIZAÇÃO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	Saldos em 31/03/2015
Ativo					
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	12.920	199.019	-	1.267	213.206
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da Rede Básica	94.683	66.818	(14.704)	4.743	151.540
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	2.281	975	(169)	64	3.151
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	2.361	-	(2.371)	10	-
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	3.333	2.432	(3.333)	45	2.477
Energia comprada para Revenda	2.063.655	494.246	(297.092)	58.828	2.319.637
Sobrecontratação de Energia	211.471	(109.096)	(4.945)	1.647	99.077
Outros	35.372	39.077	(29.995)	443	44.897
Total do Ativo	2.426.076	693.471	(352.609)	67.047	2.833.985
Passivo					
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	(310.161)	(92.307)	19.209	(10.319)	(393.578)
Energia comprada para Revenda	(994.461)	(103.303)	235.195	(27.472)	(890.041)
Neutralidade da Parcela A	(10.983)	4.666	3.911	6	(2.400)
Sobrecontratação	-	(181.953)	-	11.335	(170.618)
Bandeiras Tarifárias	-	(127.114)	-	-	(127.114)
Outros	(3.796)	(4.842)	2.267	(111)	(6.482)
Total do Passivo	(1.319.401)	(504.853)	260.582	(26.561)	(1.590.233)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	1.106.675	188.618	(92.027)	40.486	1.243.752

*A variação cambial das faturas de Itaipu compõem os valores de constituição (ver Nota Explicativa 23).

O saldo da constituição é apresentado líquido do recebimento da Conta-ACR (ver Nota Explicativa 11) e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT.

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	31/03/2015	31/12/2014
Ativo	168.475	2.665.510	2.833.985	2.426.076
Passivo	(250.614)	(1.339.619)	(1.590.233)	(1.319.401)
	(82.139)	1.325.891	1.243.752	1.106.675

13. INTANGÍVEL

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

a) Composição do saldo em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014

	31/03/2015			31/12/2014		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual
Ativos da Concessão						
Líquidos	6.619.866	(6.217.927)	401.939	6.619.400	(6.117.612)	501.788
Intangível em Curso	986.883	-	986.883	982.443	-	982.443
Total Intangível	7.606.749	(6.217.927)	1.388.822	7.601.843	(6.117.612)	1.484.231

b) Mutação do Ativo Intangível em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.484.231
Adições	202.640
Transferências	(185.457)
Baixas	(710)
Amortização	(111.882)
Saldo em 31 de março de 2015	1.388.822

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

14. FORNECEDORES

	31/03/2015	31/12/2014
Energia de curto prazo - CCEE	124.891	277.805
Encargos de uso da rede elétrica	69.355	64.191
Energia elétrica comprada para revenda	509.959	448.294
Itaipu binacional	260.639	148.864
Materiais e serviços	157.833	180.331
	1.122.677	1.119.485

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/03/2015	31/12/2014
Circulante		
ICMS	326.866	282.031
COFINS	37.952	36.955
PIS-PASEP	8.240	8.023
INSS	13.463	13.943
ISSQN	5.908	6.825
Outros	19.666	30.443
	412.095	378.220
Não Circulante		
COFINS	503.513	505.696
PIS-PASEP	109.315	109.789
	612.828	615.485
	1.024.923	993.705

As obrigações de PASEP/COFINS registradas no passivo não circulante referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até os fatos geradores ocorridos em julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	31/03/2015						31/12/2014
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	2.806	28.398	31.204	24.554
KFW	2016	4,5	EUR	2.325	2.273	4.598	4.257
Dívida em Moeda Estrangeira				5.131	30.671	35.802	28.811
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2015	108,5% do CDI	R\$	211.807	-	211.807	205.633
Banco do Brasil S.A.	2015	99,5% do CDI	R\$	-	-	-	237.666
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25 do CDI	R\$	(1.200)	727.928	726.728	706.062
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33 % do CDI	R\$	86.571	132.457	219.028	212.232
Nota Promissória 7ª Emissão	2015	105,00 do CDI	R\$	1.349.864	-	1.349.864	1.311.205
ELETRORÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	60.237	171.476	231.713	252.188
Grandes Consumidores (2)	2018	Diversas	R\$	5.143	2.082	7.225	7.094
Caixa Econômica Federal	2018	119 % do CDI	R\$	17.453	183.333	200.786	
BNDES	2020	TJLP+2,48	R\$	2.290	10.680	12.970	13.504
Dívida em Moeda Nacional				1.732.165	1.227.956	2.960.121	2.945.584
Total de Empréstimos e Financiamentos				1.737.296	1.258.627	2.995.923	2.974.395
Total de Debêntures							
Debêntures 1ª série 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	5.962	410.497	416.459	451.904
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,7	R\$	6.642	1.261.700	1.268.342	1.266.168
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,1	R\$	4.359	752.690	757.049	757.938
Debêntures 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	219.669	411.993	631.662	597.845
Total de Debêntures				236.632	2.836.880	3.073.512	3.073.855
Total Geral				1.973.928	4.095.507	6.069.435	6.048.250

- Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e de Desconto com saldo de 145.966, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de (114.762). As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81 a 0,88% ao ano.
- Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das seguintes empresas: CMM: IGPD+ 6%; Mineradora Serra da Fortaleza: IGPD+ 6%; Vallourec : TR+9%
- Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	2.806	-	-	-	-	-	-	28.398	31.204
Euro	2.325	2.273	-	-	-	-	-	-	4.598
Total por Moedas	5.131	2.273	-	-	-	-	-	28.398	35.802
Indexadores									
IPCA (1)	230.773	205.601	205.602	(394)	416.426	416.425	429.290	753.330	2.657.053
UFIR/RGR (2)	47.109	49.943	40.179	35.362	23.562	20.686	5.685	9.187	231.713
CDI (3)	1.781.944	757.405	166.189	419.134	-	-	-	-	3.124.672
TR (4)	1.652	-	388	95	-	-	-	-	2.135
IGP-DI (5)	2.670	1.456	728	236	-	-	-	-	5.090
TJLP	1.728	2.248	2.248	2.248	2.249	2.249	-	-	12.970
Total por Indexadores	2.065.876	1.016.653	415.334	456.681	442.237	439.360	434.975	762.517	6.033.633
Total Geral	2.071.007	1.018.926	415.334	456.681	442.237	439.360	434.975	790.915	6.069.435

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Taxa Referencial (TR);
 (5) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição Acumulada no 1º Trimestre 2015 %	Varição Acumulada no 1º Trimestre 2014 %	Indexador	Varição Acumulada no 1º Trimestre 2015 %	Varição Acumulada no 1º Trimestre 2014 %
Dólar Norte-Americano	20,77	(3,40)	IPCA	3,83	2,18
Euro	6,78	(3,38)	CDI	2,81	2,40

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debentures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.048.250
Empréstimos Obtidos	200.000
Varição Monetária e Cambial	99.603
Encargos Financeiros Provisionados	134.542
Encargos Financeiros Pagos	(191.926)
Amortização de Financiamentos	(221.034)
Saldo em 31 de março de 2015	6.069.435

Encargos Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	31/03/2015	31/03/2014
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	134.542	101.985
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível*	(33.511)	(18.698)
Efeito Líquido no Resultado	101.031	83.287

*Taxa média de capitalização no período: 3,74% ao ano.

Captações de Recursos

As captações de recursos em 2015 estão demonstradas a seguir:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Caixa Econômica Federal	2018	119% do CDI	200.000
Total de Captações			200.000

Em 22 de janeiro de 2015, a Cemig D celebrou junto à Caixa Econômica Federal, uma Cédula de Crédito Bancário - Crédito Especial Setor Público, no valor de R\$200.000, para amortização de dívida.

Garantias

Em 31 de março de 2015, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Valores em Reais
Notas Promissórias e Aval	4.509.558
Recebíveis	920.991
Sem Garantia	638.886
TOTAL	6.069.435

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 31 de março de 2015, possuem as seguintes características:

	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Saldo em 31/03/2015	Saldo em 31/12/2014
1ª Série - 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	416.459	451.904
2ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,7	1.268.342	1.266.168
3ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,1	757.049	757.938
2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	631.662	597.845
TOTAL			3.073.512	3.073.855

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva (“Covenant”) atrelada a índices financeiros apurados anualmente, com base no balanço de dezembro da Garantidora CEMIG, auditado por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de valores Mobiliários (CVM), conforme segue:

Descrição das Cláusulas Restritivas	Índices Requeridos
Patrimônio/Ativo Total	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%
Dívida Líquida / EBITDA	Menor ou igual a 4 vezes

Caso não consiga atingir os índices requeridos, a Companhia terá até 30 dias, contados da data de comunicação por escrito do banco sobre o não atingimento de algum dos índices, para constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/03/2015	31/12/2014
Eficiência Energética	167.673	159.665
Pesquisa e Desenvolvimento	4.982	7.343
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	234.425	17.405
Reserva Global de Reversão – RGR	30.259	30.258
Encargos de Capacidade Emergencial	30.997	31.010
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.044	1.037
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	11.259	-
	481.846	247.925
Passivo Circulante	400.573	57.257
Passivo Não Circulante	81.273	190.668

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	579.228	821.325	23.566	482.852	1.906.971
Despesa reconhecida no resultado	27.396	26.043	750	14.981	69.170
Contribuições Pagas	(20.301)	(12.646)	(381)	(2.103)	(35.431)
Passivo Líquido em 31 de março de 2015	586.323	834.722	23.935	495.730	1.940.710
Passivo Circulante					111.968
Passivo Não Circulante					1.828.742

Os valores registrados no Circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig D, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

19. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2015
Trabalhistas	236.345	9.436	-	(3.065)	242.716
Cíveis					
Relações de Consumo	15.965	3.887	(759)	(3.887)	15.206
Outras Ações Cíveis	23.694	7.510	-	(1.987)	29.217
	39.659	11.397	(759)	(5.874)	44.423
Tributárias	9.561	798	(7.033)	(9)	3.317
Ambientais	51	2	-	-	53
Regulatórias	10.874	241	-	(59)	11.056
Outras	6.632	52	(933)	(32)	5.719
Total	303.122	21.926	(8.725)	(9.039)	307.284

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$671.695 (R\$625.388 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$242.716 (R\$236.345 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Dentre as questões descritas acima, a Companhia é parte em dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos seus empregados, que visa o estabelecimento de normas e condições de trabalho para reger os contratos de trabalho no período de 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013, cuja pauta de reivindicações trazia diversos assuntos, dentre eles a recomposição de perdas salariais, aumento real, piso salarial e reajuste das cláusulas econômicas. O valor envolvido nesta ação é de, aproximadamente, R\$92.287 (R\$90.462 em 31 de dezembro de 2014), que está devidamente registrado, tendo em vista a atual fase processual.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$19.348 (R\$18.410 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$15.206 (R\$15.965 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$147.737 (R\$154.826 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$29.217 (R\$23.694 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$19.873 (R\$19.273 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$3.317 (R\$9.561 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$97.266 (R\$98.309 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$11.056 (R\$10.874 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$55.809 (R\$56.120 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$5.772 (R\$6.683 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$87.268, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$175.242 (R\$171.356 em 31 de dezembro de 2014).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$861.552 (R\$840.116 em 31 de dezembro de 2014), e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$289.035 (R\$291.323 em 31 de dezembro de 2014) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$153.700 (R\$150.489 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$19.839 (R\$18.937 em 31 de dezembro de 2014).

Adicionalmente, a Controladora é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.507.431 (R\$1.438.400 em 31 de dezembro de 2014), para os quais a Controladora classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização inédita em relação a aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O montante desta contingência é de R\$60.645 (R\$59.081 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$198.538 (R\$189.671 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$239.290 (R\$227.234 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Outros Passivos Contingentes

Quebra de Contrato

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$194.013 (R\$183.257 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$26.882 (R\$25.311 em 31 de dezembro de 2014).

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$20.817 (R\$20.817 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de março de 2015, o Capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Lucro/prejuízo por ação

O Lucro (prejuízo) por ação foi calculado com base no número médio de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	31/03/2015	31/03/2014
Quantidade de Ações	2.261.998	2.261.998
Resultado do Período	5.296	(1.780)
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	0,00234	(0,00079)

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

Adiantamento para futuro aumento de Capital (AFAC)

No dia 11 de março de 2015 o Conselho de Administração da Cemig deliberou autorizar a transferência à Cemig D, de R\$100.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), bem como encaminhar a proposta à Assembleia Geral Extraordinária, para que a declaração do voto do representante da Cemig na AGE da Cemig D seja favorável à aprovação do aumento do capital social da Cemig D e para que seja feita a alteração do Estatuto Social desta companhia para refletir o aludido aumento de capital.

O capital da Cemig D passará de R\$2.261.998 para R\$2.361.998, através da emissão de 97.115.665 novas ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,0297 cada, a serem subscritas e integralizadas pela CEMIG através do AFAC.

O preço de emissão foi fixado pelo valor do patrimônio líquido da ação. A quantidade total de ações passará de 2.261.997.787 para 2.359.113.452 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

21. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	3.388.991	2.565.905
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	226.156	205.169
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	550.270	-
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (d)	202.640	135.521
Outras Receitas Operacionais (e)	247.801	242.361
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(1.551.175)	(910.916)
	3.064.683	2.238.040

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Residencial	2.563.143	2.567.781	1.546.762	1.217.141
Industrial	951.678	980.840	401.179	325.494
Comércio, Serviços e Outros	1.595.777	1.572.482	823.187	633.863
Rural	794.723	743.703	254.149	185.818
Poder Público	217.588	220.672	105.804	84.299
Iluminação Pública	331.051	329.739	100.151	80.652
Serviço Público	316.384	319.227	108.826	84.174
Subtotal	6.770.344	6.734.444	3.340.058	2.611.441
Consumo Próprio	9.819	9.769	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	48.933	(45.536)
Total	6.780.163	6.744.213	3.388.991	2.565.905

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

As receitas decorrentes das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros passaram a ser reconhecidas a partir dos aditamentos dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, realizados em 10 de dezembro de 2014. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições realizadas no período corrente a serem homologadas nos próximos reajustes tarifários.

d) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 13 e 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

e) Outras Receitas Operacionais

	31/03/2015	31/03/2014
Serviço Taxado	4.127	1.770
Outras Prestações de Serviços	2.225	2.709
Subvenções (*)	195.158	184.541
Aluguel e Arrendamento	21.607	20.160
Glosas autorizadas pela CCEE em faturas de energia	21.784	33.051
Outras	2.900	130
	247.801	242.361

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

f) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado
Impostos sobre a Receita		
ICMS	749.078	596.889
PIS-PASEP	69.728	46.269
COFINS	321.557	213.118
ISSQN	92	112
	1.140.455	856.388
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	14.384	8.958
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	291.718	37.656
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	5.754	3.583
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	5.754	3.391
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	2.876	1.695
Encargos Adicionais Lei 12.111/09 (recuperação de despesas) (1)	-	(5.655)
Encargos Consumidor Bandeiras Tarifarias	87.122	-
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	3.112	4.900
	410.720	54.528
	1.551.175	910.916

(1) Ressarcimento reconhecido pela Companhia no primeiro trimestre de 2014, conforme Ofício 782/2013 autorizado pela ANEEL, em função de recolhimento excedente.

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado
Pessoal (a)	228.260	204.151
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	61.622	39.111
Obrigações Pós-Emprego (<i>nota 18</i>)	41.774	38.173
Materiais	9.814	11.863
Serviços de Terceiros (b)	156.942	148.970
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.837.924	1.299.780
Amortização	111.671	104.321
Provisões Operacionais (d)	40.153	12.806
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	195.207	133.886
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	202.640	135.521
Outras Despesas Líquidas (f)	97.537	89.630
	2.983.544	2.218.212

a) Despesas com Pessoal	31/03/2015	31/03/2014
Remunerações e Encargos	198.267	176.514
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	13.090	11.940
Benefícios Assistenciais	26.495	25.507
	237.852	213.961
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(10.725)	(9.752)
Provisão referente aos Programas de Desligamento de Empregados	1.133	(58)
	228.260	204.151

b) Serviços de Terceiros	31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado
Leitura de Medidores e Entrega de Contas	29.428	28.926
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	47.948	46.190
Comunicação	11.410	16.657
Conservação e Limpeza de Prédios	15.105	14.248
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	5.222	5.619
Corte e Religação	7.682	2.608
Podas de Árvores	4.936	3.933
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	4.827	4.896
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	2.997	2.686
Mão de Obra Contratada	377	1.520
Hospedagem e Alimentação	3.095	2.392
Vigilância	2.567	2.231
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	1.177	1.361
Manutenção e Conservação de Veículos	1.723	1.903
Reprografia e Publicações Legais	2.481	34
Inspeção de Unidades Consumidoras	992	1.046
Fretes e Passagens	914	734
Consultoria	1.407	1.368
Meio Ambiente	248	413
Outros	12.406	10.205
	156.942	148.970

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	31/03/2015	31/03/2014
Energia de Itaipu Binacional	369.670	204.640
Contratos por Cotas de Garantia Física	57.550	54.224
Cotas das Usinas de Angra I e II	48.958	44.407
Energia de Curto Prazo	244.618	365.610
Contratos Bilaterais	75.528	75.560
Energia adquirida em Leilão	1.158.643	618.928
PROINFA	61.505	65.804
Créditos de PASEP/COFINS	(178.548)	(129.393)
	1.837.924	1.299.780

d) Provisões (Reversões) Operacionais	31/03/2015	31/03/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	26.952	27.305
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	9.436	(1.775)
Cíveis	10.638	4.383
Tributárias	(6.235)	3.809
Ambientais	2	4
Regulatórias	241	(19.428)
Outras	(881)	(1.492)
	13.201	(14.499)
	40.153	12.806

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	31/03/2015	31/03/2014
Pessoal	10.760	10.269
Materiais	85.320	46.717
Serviços de Terceiros	77.040	62.814
Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários	24.638	14.005
Aquisição de Imóveis e Instalações	1.817	-
Arrendamentos e Aluguéis	153	26
Impostos e Taxas	25	98
Outros	2.887	1.592
	202.640	135.521

f) Outras Despesas Líquidas	31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado
Arrendamentos e Aluguéis	21.317	19.653
Propaganda e Publicidade	1.094	679
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.870	3.922
Subvenções e Doações	2.068	1.779
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	25.934	25.304
Contribuição à CCEE	1.035	773
Seguros	487	494
Forluz – Custeio Administrativo	3.999	4.035
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	17.811	27.302
Outras	19.922	5.689
	97.537	89.630

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, que não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/03/2015	31/03/2014
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	6.903	15.019
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	44.583	38.078
Variações Cambiais	19.520	4.700
Variações Cambiais - CVA	33.488	-
Variações Monetárias	1.232	4.321
Multas Contratuais	3.376	2.629
Atualização do Ativo Financeiro BRR	91.553	112.593
Variação Monetária - CVA	40.486	-
Outras	1.568	1.176
	242.709	178.516
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(101.031)	(83.287)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(27.396)	(21.289)
Variações Cambiais	(60.814)	(3.520)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(94.429)	(71.830)
Variação Monetária de P&D e PEE	(4.208)	(3.402)
Outras Variações Monetárias	(841)	(1.245)
Outras	(18.498)	(9.311)
	(307.217)	(193.884)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(64.508)	(15.368)

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Controladora								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	12.833	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	214.954	111.868	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	2.319	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	2.936	2.773	33.875	11.988	10.621	8.597	(57.901)	(36.723)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	473	479	-	-	-	-	-	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	5.850	-	-	-	(5.850)	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.706	2.556	-	-	(6.441)	(3.961)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	505	498	-	-	(1.054)	(735)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.505	2.220	-	-	(5.637)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	469	489	-	-	(977)	(1.528)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	351	315	-	-	994	802	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura (3)	4.774	6.205	-	-	643	724	-	-
Prestação de serviço (4)	-	-	293	2.656	473	444	(1.441)	(2.916)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (5)	24.668	2.577	-	-	29.035	22.383	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	49.252	47.001	-	-	(27.396)	(21.289)
Despesa com pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(13.090)	(11.940)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(3.999)	(4.035)
Arrendamento Operacional (9)	-	-	1.176	1.108	-	-	(1.176)	(2.274)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	537.072	532.228	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	54.502	52.359	-	-	(26.793)	(24.614)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	804.155	792.532	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Compartilhamento de infraestrutura excedente da distribuição e linhas de distribuição, compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig Distribuição e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecomunicações. Não há índice de reajuste;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos, corrigido pelo IGP-M;
- (5) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 18);
- (7) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 22) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (9) Aluguel do edifício sede;
- (10) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 18).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 14, 16 e 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo - FIC Pampulha

A Cemig Distribuição aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de março de 2015, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação da Cemig Distribuição de 0,10% no fundo de investimento, em 31 de março de 2015, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig D 0,10%
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	10
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	50
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	9
CEMIG GT	Notas Promissórias	106,85% do CDI	22/06/2015	21
Ativas	Debêntures	CDI + 3,5%	01/07/2017	21
Ativas	Debêntures	CDI + 3,5%	01/07/2017	27
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	10
Brasnorte	Notas Promissórias	108,00% do CDI	22/06/2016	8
Cemig Telecom	Notas Promissórias	110,40% do CDI	14/12/2015	5
				161

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente registrados e custeados pela controladora e estão demonstrados na tabela abaixo.

	31/03/2015	31/03/2014
Remuneração	3.759	2.219
Participação nos Resultados	715	643
Benefícios Pós Emprego	190	181
Benefícios Assistenciais	97	33
Total	4.761	3.076

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Subvenção de Baixa Renda, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ) e “*swaps*” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios, Fundos Vinculados, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE). São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;

- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 1,70%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 7,96% e CDI + 0,69% a 1,70%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	31/03/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	132.635	132.635	241.730	241.730
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	2.098.197	2.098.197	1.799.801	1.799.801
Depósitos Vinculados a Litígios	868.580	868.580	865.556	865.556
Subvenção Baixa Renda	46.130	46.130	35.197	35.197
Reembolso Subsídios Tarifários	344.896	344.896	344.896	344.896
Fundos Vinculados	1.633	1.633	795	795
CVA e Outros Componentes Financeiros	1.243.752	1.243.752	1.106.675	1.106.675
	4.735.823	4.735.823	4.394.650	4.394.650
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	6.213.849	6.213.849	5.943.682	5.943.682
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	1.246	1.208	17.154	17.067
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	957	957	85.391	85.391
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao Custo Amortizado				
Fornecedores	1.122.677	1.122.677	1.119.485	1.119.485
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.069.435	5.712.728	6.048.250	5.788.387
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	586.323	586.323	579.228	579.228
	7.778.435	7.421.728	7.746.963	7.487.100

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	31/03/2015		31/12/2014	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	9.727	31.204	9.245	24.554
Fornecedores (Itaipu Binacional)	84.938	260.639	57.433	148.864
	94.665	291.843	66.678	173.418
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	1.334	4.598	1.319	4.257
Passivo Líquido Exposto		296.441		177.675

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2016 será uma desvalorização de 2,30% para o dólar (R\$3,133) e uma desvalorização de 1,42% para o Euro (R\$3,397). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/03/2015	Cenário	Cenário Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	31.204	30.474	38.090	45.716
Fornecedores (Itaipu Binacional)	260.639	254.546	318.162	381.860
	291.843	285.020	356.252	427.576
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	4.598	4.533	5.666	6.800
Passivo Líquido Exposto	296.441	289.553	361.918	434.376
Efeito Líquido da Variação Cambial		(6.888)	65.477	137.935

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2015. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	31/03/2015	31/12/2014
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	132.635	241.730
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	2.203	102.545
Fundos Vinculados	1.633	795
CVA e Outros Componentes Financeiros (nota 12)	1.243.752	1.066.314
	<u>1.380.223</u>	<u>1.411.384</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 16)	(3.124.672)	(3.124.703)
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.744.449)</u>	<u>(1.713.319)</u>

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2016, a taxa SELIC será de 13,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/03/2015	31 de março de 2016		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 13,00%	Cenário SELIC 16,25%	Cenário SELIC 19,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	132.635	149.878	154.188	158.499
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	2.203	2.489	2.561	2.633
Fundos Vinculados	1.633	1.845	1.898	1.951
CVA e Outros Componentes Financeiros	1.243.752	1.405.440	1.445.862	1.486.284
	<u>1.380.223</u>	<u>1.559.652</u>	<u>1.604.509</u>	<u>1.649.367</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 16)	(3.124.672)	(3.530.879)	(3.632.431)	(3.733.983)
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.744.449)</u>	<u>(1.971.227)</u>	<u>(2.027.922)</u>	<u>(2.084.616)</u>
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		<u>(226.778)</u>	<u>(283.473)</u>	<u>(340.167)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia tem ativos indexados à inflação em montantes superiores às obrigações em 31 de março de 2015, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	31/03/2015	31/12/2014
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 12) (*)	4.507.674	4.416.121
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.657.053)	(2.621.950)
Ativo Líquido Exposto	1.850.621	1.794.171

(*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL por meio do Despacho 729 de 25/03/2014.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2016, as taxas IPCA e IGP-M serão de 6,08% e 5,57%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/03/2014	31 de março de 2016		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 6,08% IGP-M 5,57%	Cenário IPCA 7,60% IGP-M 6,69%	Cenário IPCA 9,12% IGP-M 8,36%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 12)	4.507.674	4.758.751	4.821.408	4.884.516
Passivos				
Empréstimos Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.657.053)	(2.818.602)	(2.858.989)	(2.899.376)
Ativo Líquido Exposto	1.850.621	1.940.149	1.962.419	1.985.140
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		89.528	111.798	134.519

Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.574.902	110.307	483.129	3.721.547	2.338.632	8.228.517
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	6.940	13.932	64.303	385.461	491.345	961.981
	1.581.842	124.239	547.432	4.107.008	2.829.977	9.190.498
Pré-fixadas						
Fornecedores	981.463	141.214	-	-	-	1.122.677
	2.563.305	265.453	547.432	4.107.008	2.829.977	10.313.175

Risco de Crédito

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig D administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) **
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo.
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”) de apuração anual, que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, bem como uma relação Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4 vezes, os quais, se não observados, obrigam a Cemig D a providenciar, em até 30 dias contados da data de comunicação por escrito do banco sobre o não atingimento de algum dos índices, a constituição de garantias reais aceitas pelo banco, que representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos. Destaca-se, entretanto, que o que poderá ensejar a aceleração do vencimento da dívida é o descumprimento da obrigação de constituir garantias reais.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	31/03/2015	31/12/2014
Total do Passivo	11.796.976	11.382.613
Caixa e Equivalentes de Caixa	(310.713)	(313.799)
Fundos Vinculados	(1.633)	(795)
Passivo Líquido	11.484.630	11.068.019
Total do Patrimônio Líquido	2.587.523	2.482.227
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	4,44	4,46

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31/03/2015	Valor justo em 31 de março de 2015		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	93	-	93	-
Letras Financeiras – Bancos	594	-	594	-
Letras Financeiras do Tesouro	61	61	-	-
Debêntures	193	-	193	-
Outros	16	-	16	-
	957	61	896	-
Fundos Vinculados	1.633	-	1.633	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	6.213.849	-	-	6.213.849
	6.216.439	61	2.529	6.213.849

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de março de 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	31/03/2015	31/03/2014
Encargos Financeiros Capitalizados	33.511	18.698
Transferências de Ativos Intangíveis para Ativos Financeiros	185.457	176.551
Receita de Construção	202.640	135.521

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação de Aumento de Capital

Em 30 de abril de 2015 a Assembléia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social da Cemig D no valor de R\$100.000. O capital social que era de R\$2.261.998 passou para R\$2.361.998, através da emissão de 97.115.665 novas ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,0297 cada. A quantidade total de ações passou de 2.261.997.787 para 2.359.113.452.

Pagamento de dividendos inferior ao mínimo obrigatório

Em 30 de abril de 2015 a Assembléia Geral Extraordinária aprovou a proposta do Conselho de Administração que, do Lucro Líquido do exercício de 2014, no montante de R\$429.909, sejam destinados R\$131.610 ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios através de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2015 e a segunda até 30 de dezembro de 2015.

Os valores que deixaram de ser distribuídos como dividendos obrigatórios correspondem ao montante de R\$103.087.

Emissão de Notas Promissórias

Em 01 de abril de 2015, a Companhia concluiu a sua 8ª emissão de notas promissórias comerciais, por meio da qual foram emitidas 340 (trezentas e quarenta) notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 5.000, totalizando R\$ 1.700.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados ao pagamentos de dívidas e compra de energia elétrica. As notas promissórias têm prazo de 360 dias, com vencimento em 26 de março de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 111,70% da taxa média dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, que serão pagos na data de vencimento. A 8ª emissão de notas promissórias da Cemig D conta com o aval da sua controladora, a Cemig.

Reajuste anual ordinário das tarifas da Cemig D

Em 07 de abril de 2015, a ANEEL definiu o Reajuste Tarifário Anual a ser aplicado nas tarifas da Cemig D, resultando num índice médio de 7,07% para o reajuste das tarifas de energia elétrica, que passa a vigorar a partir de 08 de abril de 2015, até abril de 2016.

O aumento para o consumidor residencial comum é de 5,93%. Para os consumidores industriais e o setor de serviços, atendidos em média e alta tensão de energia, o aumento médio a ser percebido será de 8,12%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o reajuste médio será de 6,56%.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

Lucro do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no primeiro trimestre de 2015, Lucro Líquido de R\$5.296 em comparação ao Prejuízo de R\$1.780, no primeiro trimestre de 2014.

Deve ser ressaltado que, a partir de dezembro de 2014, a Companhia passou a registrar os saldos dos custos não gerenciáveis (CVA) a serem repassados nos próximos reajustes tarifários. No primeiro trimestre de 2015, o total da receita de CVA e Outros Componentes Financeiros reconhecida no resultado foi de R\$624.244.

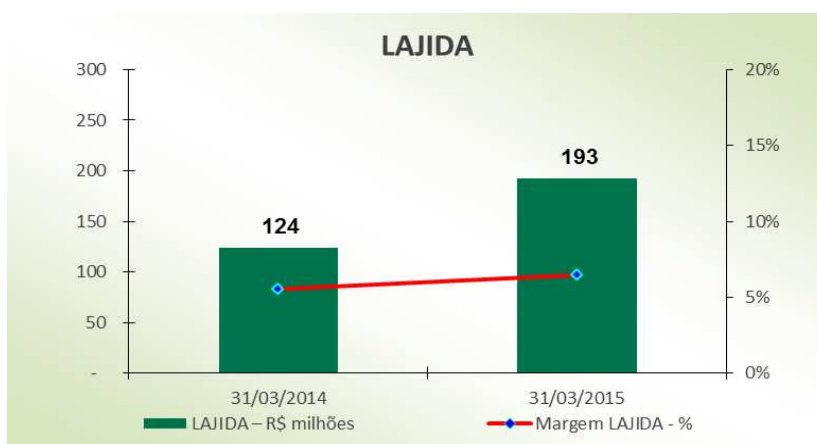
Também deve ser mencionado que o resultado do 1º trimestre de 2015 foi impactado por ajustes devedores relacionados ao exercício anterior referente a saldos da CVA e participação nos resultados, nos montantes de R\$80.671 e R\$18.529 respectivamente, conforme maiores explicações neste comentário do desempenho.

As principais variações na comparação dos resultados do 1ºs trimestres de 2015 e 2014 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou um aumento de 55,31% no primeiro trimestre de 2015 em comparação com o mesmo período de 2014:

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2015	31/03/2014	Var. %
Resultado do Período	5.296	(1.780)	397,53
+ Despesa de IR e Contribuição Social	11.335	6.240	81,65
+ Resultado Financeiro Líquido	64.508	15.368	319,76
+ Amortização	111.671	104.321	7,05
= LAJIDA	192.810	124.149	55,31



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Em linha com o aumento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 5,54%, no primeiro trimestre de 2014 para 6,47% no primeiro trimestre de 2015.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$3.388.991, no primeiro trimestre de 2015, em comparação a R\$2.565.905, no primeiro trimestre de 2014, representando um aumento de 32,08%. Os principais impactos na Receita, no primeiro trimestre de 2015, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014 (efeito integral no primeiro trimestre de 2015);
- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015;
- Instituição do mecanismo de bandeiras tarifárias, a partir de janeiro de 2015, no valor de R\$1,50 para a Bandeira Amarela e R\$3,00 para a Bandeira Vermelha e, a partir de março de 2015, no valor de R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$5,50 para a Bandeira Vermelha, ambos para cada 100 kWh consumidos. A bandeira vermelha vigorou nos três primeiros meses de 2015.

A energia faturada pela Companhia não apresentou variação expressiva nos períodos comparados, representando um crescimento de 0,53%, sendo a variação por classe de consumo apresentada abaixo.

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	31/03/2015	31/03/2015	Var %
Residencial	2.563.143	2.567.781	(0,18)
Industrial	951.678	980.840	(2,97)
Comércio, Serviços e Outros	1.595.777	1.572.482	1,48
Rural	794.723	743.703	6,86
Poder Público	217.588	220.672	(1,40)
Iluminação Pública	331.051	329.739	0,40
Serviço Público	316.384	319.227	(0,89)
Total	6.770.344	6.734.444	0,53

CVA e Outros Componentes Financeiros

Em função de alteração nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia passou a reconhecer os saldos dos custos não gerenciáveis a serem repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou uma receita operacional de R\$550.270 em 31 de março de 2015.

Deve ser ressaltado que a receita mencionada é líquida de ajuste devedor no valor de R\$80.671 referente aos valores anteriormente registrados em 2014 como estimativa de saldos a serem reconhecidos no reajuste tarifário de abril de 2015 e os valores efetivamente reconhecidos pela Aneel, tendo em vista a revisão de determinadas premissas anteriormente utilizadas pela Companhia.

Vide maiores informações na nota explicativa nº 12 das Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$202.640, no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$135.521, no primeiro trimestre de 2014, um aumento de 49,53%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no primeiro trimestre de 2015 foram de R\$1.551.175, comparados a R\$910.916 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 70,29%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$291.718, no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$37.656, do primeiro trimestre de 2014. As despesas abarcadas pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE são: indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Em 2014 as despesas não foram consideradas integralmente na definição dos valores da CDE, ocasionando um déficit no ano. Em 2015 foi realizado um novo orçamento para a CDE, elevando o montante anual de R\$194 milhões para R\$2.147 milhões (conforme Resolução ANEEL 1.857/2015), sendo repassado às tarifas no componente de encargos setoriais.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$2.983.544 no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$2.218.212 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 34,50%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$195.207 no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$133.886 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 45,80%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$228.260 no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$204.151 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 11,81%. Essa variação decorre, principalmente, de reajustes salariais, cujos percentuais aplicados foram 6,34% a partir de novembro de 2014 e do resultado do dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos empregados da Companhia, que determinou o reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$61.622 no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$39.111 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 57,56%. Esta variação decorre, basicamente, de ajuste em 2015 na despesa referente ao exercício de 2014, que correspondeu ao montante de R\$18.529.

Energia Elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.837.924 no primeiro trimestre de 2015 comparada a uma despesa de R\$1.299.780 em 2014, representando um aumento de 41,40%.

Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 87,20% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$1.158.643 no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$618.928 no mesmo período de 2014, decorrente principalmente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- aumento de 80,64% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$369.670 no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$204.640 no mesmo período de 2014. Essa variação decorre, principalmente, do aumento da tarifa, que era de U\$26,05/kW*mês em 2014 e passou para U\$38,07/kW*mês, a partir de janeiro de 2015. Além disso, ressalta-se a valorização do Dólar frente ao Real no primeiro trimestre de 2015, comparado ao mesmo período do ano anterior. O Dólar médio relativo às faturas no primeiro trimestre de 2015 foi de R\$2,91, em comparação a R\$2,34 do mesmo período de 2014, o que representou uma variação de 24,36%;

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram R\$40.153 no primeiro trimestre de 2015 na comparação com R\$12.806 no primeiro trimestre de 2014, um aumento de 213,55%. Destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram constituídas no montante de R\$9.436 no primeiro trimestre de 2015, em comparação a uma reversão de R\$ 1.775 no primeiro trimestre de 2014. Além disso, no primeiro trimestre de 2015 houve uma constituição de R\$ 241 nas provisões regulatórias, em comparação a uma reversão de R\$ 19.428 no primeiro trimestre de 2014. Maiores informações na nota explicativa nº 19.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no primeiro trimestre de 2015, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$64.508, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$15.368 no mesmo período de 2014, um aumento de 319,76%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 21,30% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$101.031 no primeiro trimestre de 2015 comparados a R\$83.287 no primeiro trimestre de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento da dívida indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 2,81% no primeiro trimestre de 2015 em comparação a 2,40% no mesmo período de 2014.

- aumento de 31,46% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$94.429 no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$71.830 do mesmo período de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do IPCA no período (3,83% no 1º trimestre de 2015 em comparação a 2,18% no 1º trimestre de 2014).
- aumento nas despesas de variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos e Itaipu Binacional, sendo o montante no primeiro trimestre de 2015 de R\$60.814, comparados a R\$3.520 no mesmo período de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do Dólar em 2015 (20,77% no 1º trimestre de 2015 em comparação à variação negativa de 3,40% no 1º trimestre de 2014), bem como da maior variação do Euro em 2015 (6,78% no 1º trimestre de 2015 em comparação à variação negativa de 3,38% no 1º trimestre de 2014).
- Reconhecimento, a partir de 2015, da variação cambial e monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, que representou um acréscimo na receita financeira de R\$ 73.974 no primeiro trimestre de 2015.
- redução da receita com Atualização do Ativo Financeiro BRR, sendo o montante no primeiro trimestre de 2015 de R\$91.553, comparados a R\$112.593 no mesmo período de 2014. Essa redução deve-se, basicamente, da menor variação do IGP-M no período (2,03% no 1º trimestre de 2015 em comparação a 2,55% no 1º trimestre de 2014).

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no primeiro trimestre de 2015, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$11.335 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$16.631, representando um percentual de 68,16%. No primeiro trimestre de 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$6.240 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$4.460, representando um percentual de 139,91%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes.

Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Ênfase

Continuidade das operações da Companhia

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, a Companhia detém concessões para exploração de atividades de distribuição de energia elétrica nas regiões norte, sul, leste e oeste do estado de Minas Gerais com vencimentos determinados para fevereiro de 2016. Em 15 de outubro de 2012, a Companhia encaminhou para a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a sua manifestação de interesse na prorrogação dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica anteriormente mencionados. Em 17 de janeiro de 2014, a ANEEL enviou para a Companhia um ofício circular informando que está analisando o requerimento de prorrogação das concessões, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido. Até a data da aprovação destas informações contábeis intermediárias, os termos da prorrogação não são conhecidos pela Administração. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações da Companhia, pois a prorrogação dos contratos de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG